

CONCURSO PÚBLICO

**7. PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

ANALISTA DE SUPORTE À REGULAÇÃO

INSTRUÇÕES

- ♦ VOCÊ RECEBEU SUA FOLHA DE RESPOSTAS E ESTE CADERNO CONTENDO 30 QUESTÕES OBJETIVAS, TENDO EM VISTA A OPÇÃO REALIZADA NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO.
- ♦ CONFIRA SEU NOME E NÚMERO DE INSCRIÇÃO IMPRESSOS NA CAPA DESTES CADERNO.
- ♦ LEIA CUIDADOSAMENTE AS QUESTÕES E ESCOLHA A RESPOSTA QUE VOCÊ CONSIDERA CORRETA.
- ♦ RESPONDA A TODAS AS QUESTÕES.
- ♦ ASSINALE NA FOLHA DE RESPOSTAS, COM CANETA DE TINTA AZUL OU PRETA, A ALTERNATIVA QUE JULGAR CERTA.
- ♦ A DURAÇÃO DA PROVA É DE 3 HORAS.
- ♦ A SAÍDA DO CANDIDATO DO PRÉDIO SERÁ PERMITIDA APÓS TRANSCORRIDA A METADE DO TEMPO DE DURAÇÃO DA PROVA OBJETIVA.
- ♦ AO TERMINAR A PROVA, VOCÊ ENTREGARÁ AO FISCAL A FOLHA DE RESPOSTAS E LEVARÁ ESTE CADERNO.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.



01. Os Poderes Administrativos são inerentes à Administração Pública e são instrumentos de trabalho essenciais para que ela possa desempenhar as suas funções atendendo o interesse público. Sobre eles, é correto afirmar que
- (A) poder vinculado é aquele que a Administração Pública tem para praticar certos atos “sem qualquer margem de liberdade”. A lei encarrega-se de prescrever, com detalhes, se, quando e como a Administração deve agir, determinando os elementos e requisitos necessários.
- (B) poder hierárquico é a faculdade de punir internamente as infrações funcionais dos servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina dos órgãos e serviços da Administração.
- (C) poder de polícia é a faculdade de aplicar a lei para sua correta execução, ou de expedir decretos autônomos sobre matéria de sua competência ainda não disciplinada por lei.
- (D) poder disciplinar é aquele por meio do qual a Administração Pública tem a faculdade de condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício do interesse público.
- (E) poder discricionário é aquele pelo qual a Administração distribui e escalona as funções de seus órgãos, ordena a atuação de seus agentes, estabelece a relação de subordinação entre os servidores públicos de seu quadro de pessoal.
02. Ato Administrativo é toda manifestação unilateral da Administração Pública que, agindo nessa qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir e declarar direitos, ou impor obrigações aos administrados ou a si própria. São elementos essenciais à formação do ato administrativo, considerados assim seus requisitos de validade:
- (A) publicidade, legalidade, finalidade, motivo e objetivo.
- (B) publicidade, impessoalidade, finalidade, motivo e objetivo.
- (C) moralidade, forma, impessoalidade, motivo e objeto.
- (D) competência, forma, finalidade, motivo e objeto.
- (E) competência, eficiência, finalidade, motivo e objetivo.
03. Quanto à posição ocupada pelos órgãos na escala governamental ou administrativa, eles podem ser classificados em independentes, autônomos, superiores e subalternos. São exemplos desses órgãos, respectivamente:
- (A) Assembleias Legislativas; Secretarias de Estado; Procuradorias Administrativas e Seções de Expediente.
- (B) Advocacia-Geral da União; Prefeituras; Procuradorias Administrativas e Seções de Expediente.
- (C) Ministérios; Secretarias de Estado; Secretarias Municipais; Prefeituras e Câmaras de Vereadores.
- (D) Advocacia Geral da União; Procuradorias dos Estados e Municípios; Prefeituras e Câmaras de Vereadores.
- (E) Presidência da República; Governadorias; Prefeituras; Tribunais Judiciários e Juízes singulares.
04. Segundo a Lei n.º 8.666/93, \_\_\_\_\_ é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação. Assinale a alternativa que completa corretamente o texto.
- (A) concorrência
- (B) convite
- (C) tomada de preços
- (D) concurso
- (E) leilão
05. Segundo a Lei n.º 8.666/93, em seu artigo 25, é inexigível a licitação
- (A) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- (B) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, nesse caso, todas as condições preestabelecidas.
- (C) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (D) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (E) para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
06. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas previstas pela Lei n.º 8.666/93, respondendo cada uma pelas consequências de sua inexecução total ou parcial. Sobre a execução do contrato, é correto afirmar que
- (A) deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, não sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo.
- (B) o representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.
- (C) o contratado não poderá manter preposto no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato.
- (D) o contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, até o limite de um quinto do valor total da obra, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados.
- (E) o contratado é responsável por todos os danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, eximindo o órgão interessado da responsabilidade de fiscalização ou de acompanhamento.

07. A Lei n.º 10.177/98 prevê que, quando outros não estiverem previstos nesta lei ou em disposições especiais, serão obedecidos os seguintes prazos máximos nos procedimentos administrativos:
- para autuação, juntada aos autos de quaisquer elementos, publicação e outras providências de mero expediente: 5 dias.
  - para expedição de notificação ou intimação pessoal: 7 dias.
  - para elaboração e apresentação de informes sem caráter técnico ou jurídico: 7 dias.
  - para elaboração e apresentação de pareceres ou informes de caráter técnico ou jurídico: 20 dias, prorrogáveis por 5 dias quando a diligência requerer o deslocamento do agente para localidade diversa daquela onde tem sua sede de exercício.
  - para decisões no curso do procedimento: 2 dias.
08. Numa situação em que possam ocorrer eventualidades que envolvem especulações de mercado relacionadas às greves, aumento de preços, situação econômica e política instáveis, ambiente inflacionário e imprevisível, é recomendável a manutenção de um estoque de
- antecipação.
  - flutuação.
  - ciclo.
  - segurança.
  - Hedge*.
09. Quando o objetivo da organização é determinar o tamanho de um lote a ser comprado ou produzido com a intenção de minimizar os custos de aquisição e os custos anuais de ter estoques, buscando um equilíbrio entre as vantagens e desvantagens de se manter estoque, a análise pode ser feita pelo
- Método de revisão contínua.
  - Método do lote econômico.
  - Método de revisão periódica.
  - FIFO*.
  - LIFO*.
10. As afirmativas versam sobre a fase preparatória do pregão.
- A autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento.
  - A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por serem excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.
  - Dos autos do procedimento constarão, eventualmente, os elementos técnicos, bem como o orçamento, elaborado pelo interessado na licitação, dos bens ou serviços a serem licitados.
  - A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor.
- Está correto apenas o contido em
- I, II e III.
  - I, II e IV.
  - II, III e IV.
  - II e III.
  - II e IV.
11. A demonstração contábil que, na Contabilidade Governamental, evidencia as alterações verificadas no patrimônio da entidade, ocorridas durante o exercício financeiro, resultantes ou independentes da execução orçamentária, bem como demonstra o resultado do exercício é
- o Balanço Patrimonial.
  - o Balanço Financeiro.
  - o Balanço Orçamentário.
  - a Demonstração das Variações Patrimoniais.
  - a Demonstração de Resultado do Exercício.
12. Constitui um dos princípios orçamentários, em matéria de gestão pública, o
- da Entidade.
  - da Uniformidade.
  - Valor Original.
  - Conservadorismo.
  - da Continuidade.
13. No processo de gestão pública, sob a visão sistêmica, o instrumento de gestão orçamento gera como produtos os orçamentos fiscal, de investimento das empresas estatais e de seguridade social, bem como utiliza, como insumos imediatos, dados da
- Lei de Diretrizes Orçamentárias.
  - Lei do Plano Plurianual.
  - Lei Orçamentária Anual.
  - Lei da Responsabilidade Fiscal.
  - Lei do *Balanced Scorecard* Governamental.
14. No sistema de informações do Governo Estadual de São Paulo, o subsistema cadastro de fornecedores e de material e serviços está vinculado diretamente ao
- SIAFI.
  - SIAFEM.
  - SIGEO.
  - SISCOMEX.
  - SIAFISICO.
15. No sistema de informações do Governo Estadual de São Paulo, o subsistema cadastros básicos, execução orçamentária e financeira está vinculado diretamente ao
- SIAFI.
  - SIGEO.
  - SIAFEM.
  - SISCOMEX.
  - SIAFISICO.
16. A obtenção de recursos provenientes de constituição de dívidas e alienação de bens e direitos representa, na gestão pública, receitas
- de venda.
  - de prestação de serviços.
  - de capital.
  - transferidas.
  - correntes.

17. A modalidade de empenho que se destina a atender despesas com montante previamente conhecido, mas a ser paga em parcelas, é denominada empenho

- (A) extraordinário.
- (B) ordinário.
- (C) orçamentário.
- (D) extraorçamentário.
- (E) global.

18. Despesas oriundas de empenhos a liquidar, cujo objeto tinha sido concluído, mas não atingiu o estágio de liquidação, devem ser contabilizadas como

- (A) dívida flutuante.
- (B) dívida ativa.
- (C) restos a pagar não processados.
- (D) restos a pagar processados.
- (E) dívida fundada.

19. As despesas realizadas, que ocorreram em exercícios encerrados, mas empenhadas, liquidadas e pagas em exercícios posteriores, devem ser contabilizadas como

- (A) dívida ativa.
- (B) restos a pagar processados.
- (C) despesas eventuais.
- (D) despesas de exercícios anteriores.
- (E) despesas não empenhadas.

20. Considere as afirmações.

- I. A lei de diretrizes orçamentárias deverá dispor sobre equilíbrio fiscal, limitação de empenho, controle de custos e avaliação de resultados dos programas.
- II. Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual e as receitas que as atenderão, devem fazer parte do orçamento, bem como o refinanciamento da dívida pública, o qual constará separadamente.
- III. Constituem requisitos essenciais da transparência na gestão fiscal da instituição, previsão e efetiva arrecadação de todas as receitas de competência constitucional do ente da federação.
- IV. O relatório resumido da execução orçamentária será composto por balanços orçamentário, financeiro e patrimonial, da demonstração da execução das receitas por categoria econômica e fonte e das despesas por categoria econômica, grupo de despesas, função e subfunção.

De acordo com a Lei da Responsabilidade Fiscal, pode-se afirmar que é verdadeiro apenas o contido em

- (A) I e III.
- (B) I e II.
- (C) II e IV.
- (D) III e IV.
- (E) IV.

## COMUNICAÇÃO E RELACIONAMENTO COM O USUÁRIO

21. Os biólogos chilenos, Humberto Maturana e Francisco J. Varela, conceberam um modelo de sistema fechado de comunicação. O sistema organiza-se, segundo os autores, “como uma rede de processos de produção cujos componentes a) regeneram continuamente por suas transformações e interações a rede que os produziu e b) constituem o sistema como unidade concreta no espaço em que ele existe, especificando o domínio tipológico no qual se realiza como rede”. Denominaram esse sistema de

- (A) autorregulatório.
- (B) antropofísico.
- (C) autopoietico.
- (D) antropogênico.
- (E) autorreferente.

22. Sandra Helena Dias de Melo, em artigo na revista “Linguagem em (Dis)curso”, volume 5, número 1, 2005, afirma “que o discurso no jornalismo noticioso da imprensa tenta afastar a *subjetividade* do jornalista para autorizar a *objetividade* da instituição jornalística, delega para a língua (para uma fatia dela) a possibilidade de transmitir *conteúdos* de modo neutro, ou seja, a informação não seria uma interpretação da imprensa aos fatos transformados em notícia, mas a *descrição* dos fatos reais pelos textos noticiosos.” As características expostas pela autora permitem afirmar que a linguagem jornalística se fundamenta na sua função

- (A) referencial.
- (B) conativa.
- (C) emotiva.
- (D) fática.
- (E) metalinguística.

23. Existem quatro áreas básicas que reúnem atividades imprescindíveis à comercialização: 1) Produto (tudo o que se refere ao produto ou serviço em si, como formulação física, características, produção, qualidade etc.); 2) Distribuição (tarefas necessárias para apresentar o produto/serviço ao consumidor para que ele possa comprá-lo e consumi-lo); 3) Promoção (todas as tarefas de comunicação com o mercado, que visam promover o consumo do produto/serviço) e 4) Preço (política de preço). No meio publicitário, esse conjunto é conhecido por

- (A) Mercado-alvo.
- (B) Marketing mix.
- (C) Merchandising.
- (D) Marketing de relacionamento.
- (E) Marketing Direto.

24. O *Manual da Redação da Folha de S.Paulo* (pág. 71), ao tratar dos gêneros jornalísticos, ensina que “a notícia em dimensões que vão além do seu caráter factual e imediato, em estilo mais criativo e menos formal” e que pode estar relacionada ao perfil de um personagem ou contar uma história de interesse humano, é chamada de

- (A) crítica.
- (B) crônica.
- (C) artigo.
- (D) *feature*.
- (E) *fait-divers*.

25. Assinale a alternativa em que a lei do discurso está corretamente conceituada.
- (A) Lei da pertinência – “uma enunciação deve ser maximamente adequada ao contexto em que acontece: deve interessar ao destinatário, fornecendo-lhe informações que modifiquem a situação”.
- (B) Lei da sinceridade – “incide sobre o conteúdo dos enunciados e estipula que não se deve falar para não dizer nada, que os enunciados devem fornecer informações novas ao destinatário”.
- (C) Lei da informatividade – “refere-se ao engajamento do enunciador no ato de fala que realiza. Cada ato de fala (prometer, afirmar, ordenar, desejar etc.) implica um determinado número de condições, de regras do jogo”.
- (D) Lei da exaustividade – “prescreve clareza (na pronúncia, na escolha das palavras, na complexidade das frases etc.) e, principalmente, economia (procurar a formulação mais direta)”.
- (E) Lei da modalidade – “especifica que o enunciador deve dar a informação máxima, considerando-se a situação” em que a construção do discurso se efetiva.
26. A operação necessária para a correção eletrônica de sinais de gravação e de reprodução, feita para compensar as deformações na intensidade das frequências, para diminuir a distorção e fazer com que o som reproduzido se assemelhe ao original, é chamada de
- (A) *prefade*.
- (B) microfonia.
- (C) efeito especial.
- (D) decupagem.
- (E) equalização.
27. Para Philip Kotler (*Marketing*, pág. 88 a 91), o conceito na área de marketing que trata de “selecionar um padrão específico de concentração de mercado para atingir o objetivo de liderança” é chamado de
- (A) segmentação de mercado.
- (B) estratégia de penetração nos mercados.
- (C) posicionamento de marketing.
- (D) estratégia de composto de marketing.
- (E) estratégia de época.
28. De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que
- (A) o fornecedor de serviços responde pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, desde que comprovada a culpa pelas Agências Reguladoras de Serviços Públicos.
- (B) o serviço, para efeito de responsabilização do fornecedor, passa a assumir a qualidade de “defeituoso” em razão da simples adoção de novas técnicas para sua realização.
- (C) o fornecedor de serviços será responsabilizado mesmo diante da prova de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
- (D) se equiparam aos consumidores todas as vítimas do dano decorrente da prestação mal sucedida, para fins de responsabilização do fornecedor de serviços.
- (E) os profissionais liberais serão responsabilizados, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços contratados.
29. Analise as proposições.
- I. O fornecedor pode, para o fim de otimizar custos e proporcionar inclusão digital, condicionar o fornecimento de energia elétrica à contratação de serviço de *internet* banda larga pelo moderno meio de transmissão de dados via rede elétrica.
- II. É permitido ao fornecedor executar serviços sem a prévia elaboração do orçamento e autorização expressa do consumidor, quando o serviço a ser realizado depender, exclusivamente, do pagamento de quantia módica.
- III. Excepcionalmente, é permitido ao fornecedor de serviços deixar de estipular prazo para o cumprimento de sua obrigação ou manter, a seu exclusivo critério, a fixação de seu termo inicial.
- IV. É vedado ao fornecedor de produtos ou serviços enviar ou entregar ao consumidor qualquer produto ou fornecer qualquer serviço sem solicitação prévia.
- V. Eventual serviço prestado ou produto entregue ao consumidor, sem o seu consentimento, equipara-se à amostra grátis, isentando-o de pagamento.
- De acordo com o Código de Defesa do Consumidor, está correto apenas o contido em
- (A) I e II.
- (B) II e III.
- (C) IV e V.
- (D) I, IV e V.
- (E) I, II, III e V.
30. De acordo com a Resolução Aneel n.º 456, de 29 de novembro de 2000, ocorrendo impedimento ao acesso para leitura do medidor de consumo de energia elétrica
- (A) os valores faturáveis de consumo serão as médias aritméticas dos 3 (três) últimos faturamentos.
- (B) o agente da companhia de luz procederá ao corte imediato do fornecimento, deixando a nota de justificativa por escrito ao consumidor.
- (C) o agente da companhia de luz procederá à notificação do consumidor responsável pela unidade, antes de tomar qualquer providência.
- (D) os valores faturáveis de consumo no ciclo do impedimento serão aqueles mínimos, referentes ao custo de disponibilidade do sistema elétrico.
- (E) só será tolerado o faturamento alternativo por três ciclos consecutivos de impedimento, findos os quais, estará o agente da companhia de luz autorizado a interromper o fornecimento.



